

APLICABILIDADE DA LEI Nº. 8.429/92 (LIA): RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (APOIO UNIP)

Aluno: Alfredo Honório da Silva Neto

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Souto

Curso: Direito

Campus: Manaus

O aludido Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) constitui-se em caráter qualitativo com aspectos essenciais nas análises das doutrinas e das legislações existentes no ordenamento jurídico brasileiro que abordam sobre a matéria, com objetivo de evidenciar os principais efeitos constitucionais no que concerne à responsabilização dos agentes públicos acusados de improbidade administrativa, caracterizando as principais sanções aplicadas por força da **Lei nº. 8.429/92 (LIA)**. O trabalho foi dividido em três partes principais. Na primeira, realizei uma abordagem sobre as principais legislações e doutrinas que tratam sobre a matéria questionada (improbidade administrativa), com enfoque, sobretudo, na Constituição Federal de 88 e Lei nº. 8.429/92. No segundo momento, foi realizada uma análise caracterizando os agentes públicos e as principais implicações da LIA na prática, incluindo seus efeitos, fundamentos e constitucionalidades. Na terceira e última parte, tratei exclusivamente da classificação, avaliação e análise de um caso concreto, apresentando os procedimentos legais e desfecho até a conclusão do processo.